

# A função social da Universidade Pública para a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste goiano

*The social function of the Public University for the community of Southeast Tocantins and Northeast Goiás*

Erasm Baltazar Valadão<sup>1</sup>

*Universidade Federal do Tocantins do Campus de Arraias - TO*

Jéssica da Cunha e Silva Braga<sup>2</sup>

*Escola Estadual Brigadeiro Felipe na cidade de Arraias - TO*

## RESUMO

O artigo discute a função da Universidade Pública para a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, sendo ela uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com a responsabilidade de transformar a realidade social dos moradores da cidade de Arraias - Tocantins e região. Assim, o trabalho objetiva analisar as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão, bem como pesquisar o contexto sócio-histórico-cultural da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, levantar os projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade e averiguar se estão cadastrados, além de analisar a relação da universidade com as comunidades e regiões mencionadas. A natureza deste estudo é de característica qualitativa de abordagem descritiva. Nesse sentido, como referenciais teóricos, buscou-se um diálogo entre os autores Paulo Freire (1983), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Immanuel Kant (2012), Erasmo Valadão (2018), entre outros. Esta pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Tocantins do *Campus* de Arraias e Comunidade no ano de 2020, cujos participantes foram os professores, técnicos e estudantes da universidade que participaram dos projetos de extensão da UFT e residem na região. Foi observado que Universidade se configura como uma instituição que trabalha com a indissociabilidade entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão, e que, assim sendo, possui um papel social de emancipação e trabalho em conjunto com a comunidade para amenizar os problemas sociais enfrentados pela sociedade, principalmente quando se trata de uma comunidade marcada por negros analfabetos e com um alto índice de desigualdade social.

**Palavras-chave:** Universidade Pública; Comunidade; Extensão; Emancipação.

## ABSTRACT

The article discusses the function of the Public University with the Community of the Southeast of Tocantins and Northeast of Goiás, being an institution of teaching, research and extension with the responsibility of transforming the social reality of the residents of the city of Arraias - Tocantins and Region. Thus, the work aims to analyze the actions developed by the University through the extension projects, as well as research the socio-historical-cultural context of the Southeast region of Tocantins and Northeast Goiano, survey the extension projects developed by the University and verify if they are registered, besides analyze the university's relationship with the communities

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Arraias, Tocantins, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635832123456273>. E-mail: [erasmovaladao@mail.uft.edu.br](mailto:erasmovaladao@mail.uft.edu.br).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Escola Estadual Brigadeiro Felipe. Arraias, Tocantins, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6099258015787072>. E-mail: [jessicabraga@mail.uft.edu.br](mailto:jessicabraga@mail.uft.edu.br)

of the aforementioned regions. The nature of this study is qualitative with a descriptive approach. Thus, as theoretical references, a dialogue between the authors Paulo Freire (1983), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Immanuel Kant (2012), Erasmo Valadão (2018), among others, was sought. This research was conducted at the Federal University of Tocantins Arraias Campus and Community in the year 2020, whose participants were the teachers, technicians and students of the university, in which, participated in the extension projects of the UFT and reside in the region. It is observed that this study treats the University as an institution that works with the inseparability between Research, Teaching and Extension, and that it has a social role of emancipation and work together with the community to alleviate the social problems faced by society, especially when it comes to a community marked by illiterate black people and with a high rate of social inequality.

**Keywords:** Public University; Community; Extension; Emancipation.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem o propósito de investigar a função da Universidade Pública para a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, uma vez que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma instituição pública que tem o dever social de contribuir com a comunidade local através da oferta de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A UFT está localizada na região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, inserida em uma cidade com quase 11 mil habitantes (IBGE, 2020) e marcada por acontecimentos históricos da exploração da mão de obra de escravos, os quais se desdobraram, hoje, em uma organização espacial dividida em áreas urbanas, rurais e quilombolas, onde residem afrodescendentes.

A Universidade Federal na cidade de Arraias é um privilégio para a comunidade e para a região, que contém poucos habitantes, já que possibilita maior acesso ao ensino superior gratuito e de excelência, assim colaborando para o desenvolvimento social e econômico do entorno. A UFT *Campus* Arraias é a única Universidade Pública do país inserida em uma cidade com poucos habitantes. É formada por docentes, discentes e servidores técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados. Contém cursos presenciais de graduação, cursos na modalidade Educação à Distância (EaD), curso de pós-graduação, cursos de formação de professores e outros. Os cursos presenciais são de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música, Tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental, e Bacharelado em Direito.

Considerando esse contexto inicial, este trabalho busca, inicialmente, apresentar o surgimento das Universidades Públicas no Brasil e, em especial, das universidades federais, que passaram por um longo processo para chegar aos objetivos atuais de autonomia para o trabalho integrado com o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim como todo o cenário nacional, o *Campus* Universitário de Arraias também passou por mudanças, pois antes possuía a presença da Unitins na cidade, que hoje passa a ser a Universidade Federal do Tocantins. Assim, este

estudo ainda apresenta, de forma breve, o processo de transição de uma universidade estadual para federal.

As Universidades Públicas Brasileiras são hoje caracterizadas pela liberdade e pela autonomia, as quais são asseguradas pelo Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que pontua: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Em decorrência dessa autonomia, a Universidade Pública pode intervir na comunidade com ações de projetos de extensão, isto é, propostas práticas de alteração da realidade de um ou mais grupos sociais na região em que se encontrada inserida. Frente a isso, este trabalho busca perceber como se dá essa frente de atuação entre a Universidade Federal do Tocantins do *Campus Arraias* e a comunidade.

Para tanto, foram analisados os projetos de extensão desenvolvidos pela UFT. O estudo contou também com a participação de professores, técnicos administrativos e estudantes através de entrevistas e questionários, de onde foram coletados os dados de pesquisa. Desse modo, buscou-se analisar as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão. Os objetivos específicos constituíram, pois, pesquisar o contexto sócio-histórico-cultural da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, levantar os projetos de extensão desenvolvidos pela universidade, averiguar se estão cadastrados no SIGProj e analisar a relação da universidade com as comunidades das região.

Assim, este trabalho está organizado em seis seções. A primeira se constitui nesta introdução, em que expomos o que está sendo discutido na pesquisa. Na segunda, apresentamos uma breve contextualização da região do sudeste do Tocantins e nordeste Goiano. Na terceira, destacamos um breve discurso em relação ao papel da Universidade Pública Brasileira como espaço de emancipação humana. Na quarta, explicamos a Metodologia da Pesquisa, em que apresentamos os instrumentos utilizados para a realização deste trabalho. A quinta seção traz os resultados obtidos por meio de entrevistas e questionários *online*. E, por fim, na última seção, enfatizamos as considerações finais da pesquisa.

Vale destacar, por último, que estudo fundamenta-se em reflexões de alguns autores, tais como Paulo Freire (1983), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Immanuel Kant (2012), Erasmo Valadão (2018), entre outros, que contribuem entender melhor o papel social da universidade pública.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO SUDESTE DO TOCANTINS E DO NORDESTE GOIANO**

Para entender a Universidade é necessário conhecer o espaço, a cultura e a sociedade em que a mesma encontra-se inserida. Sendo assim, o propósito desta seção é de apontar reflexões que nos levam a compreender o processo histórico da cidade de Arraias - Tocantins, mostrando que ela é uma cidade carregada de traços históricos marcados pela exploração dos escravos, pois é possível encontrar sertanejos nativos que moram nas comunidades quilombolas e que lutam para preservar a sua cultura afrodescendente.

De acordo com Farias, Arraias é conhecida como

"Cidade das Colinas", Arraias é cercada por muitas destas formações dentro do município. Na arquitetura da cidade predomina o estilo colonial português. Nas casas mais antigas podem-se encontrar as iniciais dos patriarcas das famílias que as construíram e o ano em que foram construídas (FARIAS, 2013, p. 82).

Conforme salienta a autora, a cidade de Arraias é conhecida por Colinas por causa das formações geológicas e rochosas sedimentares, com altura de até 300 metros. Além disso, a cidade apresenta o bioma do cerrado, que possui o clima tropical úmido com duas estações distintas. Seus traços são demarcados por muros de pedras que foram construídos desde do período colonial, o que identifica que o município é marcado pela memória do período de escravidão e exploração de minérios na região. Ainda hoje existem casarões com os mesmos modelos da antiguidade, com iniciais de letras dos nomes dos proprietários ou do nome da propriedade, e com o ano de construção exposto nessas edificações, que acabaram por se tornar patrimônio histórico.

Arraias é um município com muito potencial turístico para se efetivar como ponto atrativo. No município, podemos encontrar pontos históricos, como a Gruta da Lapa, a Chapada dos Negros, entre outros. Além disso, a cidade é marcada por eventos religiosos, como de Nossa Senhora dos Remédios, de Nossa Senhora das Candeias, Os doze dias do Projeto de Vida, entre outros. Há, também, festejos, como o carnaval e a festa de setembro, os quais recebem comerciantes e pessoas de outras regiões.

Todavia, conforme Costa (2008), mesmo com tantas lutas, os moradores do sertão arraiano ainda se encontram em situação de precariedade, em especial quanto à assistência

médica, que ocorre em duas pequenas unidades (postinho de saúde) localizadas no povoado da Cana Brava e na zona urbana da cidade.

Em relação ao acesso à educação, existem escolas nas zonas rurais, porém, estão distantes das casas dos estudantes e muitas dessas crianças precisam ir a pé para assistirem as aulas. Quando há transporte escolar, ele é frequentemente interrompido porque os veículos constantemente estragam. As salas são multisseriadas e com poucos recursos didáticos para o ensino e diversos professores não possuem formação pedagógica ou graduação, como um curso superior.

Além disso, as escolas do campo correm o risco de serem fechadas. Em 2007, no município de Arraias havia 40 escolas ativas, mas em 2016 somente 16 escolas estavam ativas (MEC/INEP, 2016). Acredita-se que um dos motivos desse quadro seja a migração das pessoas para a zona urbana, as quais deixam suas casas na zona rural para morarem na cidade em busca de uma vida melhor.

Há muitas mazelas encontradas em Arraias, começando pelo poder político. A distribuição de cargos públicos e salários na Prefeitura Municipal ocorre frequentemente por apadrinhamento em vez de concursos públicos. Esse quadro gera desgaste, falta de comprometimento, de transparência e de licitude na organização e empenho do dinheiro público arrecadado, prejudicando severamente o desenvolvimento da cidade.

A Cidade de Arraias tem 280 anos e é marcada fortemente por acontecimentos passados, pois as diferentes formas de exclusão social de antigamente ainda hoje influenciam diretamente na vida dos sujeitos, perdurando a desigualdade social. Esse cenário interpõe uma encruzilhada em que é preciso “assumir a sua história, reparando os erros do passado, ou terá que reprimir a violência com armas que mais potencializariam a destruição” (VALADÃO, 2018, p. 67). De acordo com Valadão, o Brasil encontra-se em um descaminho, já que há poucas iniciativas de tentativa de consertar acontecimentos passados. Por isso, sempre estamos diante de demandas como corrigir suas falhas ou partir para a violência.

Segundo dados do IBGE (2019), o Estado do Tocantins possui um índice elevado de desemprego, no qual a taxa chega a ser de 12,3% da população. Outros estudos apontam que no Município de Arraias há um alto índice de pobreza: conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010), pessoas em condição de pobreza que recebem 1 salário mínimo chegam a ser de 81,13% no município, enquanto que no Estado do Tocantins

esse número chega a 30,8% da população. Os estudos da Conexão Tocantins (2018) apontam que, em índices de pobreza, o estado recebe a 15ª posição do país.

Dados do IBGE para o ano de 2016 apresentam quase 130 mil pessoas analfabetas acima de 15 anos em todo o estado de Tocantins. De acordo com os dados apresentados pelo Censo (2010), Arraias tem 21,4% da população analfabeta. Esse panorama mostra um estado fragilizado, que encontra-se em condições vulneráveis, assumindo uma posição dentro da região Norte com forte número de pessoas analfabetas. Para a resolução desse problema são necessárias políticas públicas para a sociedade, com mais ofertas de emprego e mais investimento na educação.

Muitas famílias na cidade de Arraias se sujeitam à exploração do trabalho pelo fato de haver pouquíssima oferta de emprego. É possível ouvir, por meio de relatos do Conselho Tutelar, que nesta pequena cidade, crianças e jovens trabalham de faxina para pessoas de classe alta e que muitas delas são abusadas sexualmente. Encontramos, também, muitos jovens que, além do consumo de drogas, comercializam a mesma, o que os leva conseqüentemente ao mundo da violência extrema.

Arraias é marcada por quilombos, como Kalunga do Mimoso, Lagoa da Pedra e Kalunga das Matas. Esses afrodescendentes vivem de economia de subsistência e ainda mantêm, como resistência, a cultura e os costumes de seus antepassados. Todavia, sofrem com o desamparo governamental, estando, muitas vezes, apartados de condições igualitárias de vida. Por isso, é preciso compreender o contexto sócio-histórico-cultural para que possamos “frear a ideologia dominante, que não reconhece a luta e a beleza destes povos, bem como não os reconhece como sujeitos construtores deste país.” (VALADÃO, 2018, p. 70).

## **CONCEITUANDO A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO DE EMACIPAÇÃO HUMANA**

É importante reforçar que o Ensino Superior é um espaço livre, de autonomia social e de discussões críticas e construtivas. Algumas legislações brasileiras voltadas para o ensino superior subsidiam seu estatuto e sua a qualidade, permitindo com que a a Universidade desenvolvam uma aprendizagem com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a Universidade Pública precisa ser entendida como um espaço que produz pesquisa científica, a qual precisa ser divulgada e efetivada para reduções dos conflitos

enfrentados pela sociedade, pois a universidade é um lugar de conhecimento, pensamento crítico e um espaço capaz de formar pessoas para transformar a realidade e de modificar as condições de vida de outras pessoas.

Para compreendermos melhor a função social das Universidades Públicas, recorremos a Marilena Chaui (2003), autora que pontua que a Universidade, como instituição social, deve constituir uma estrutura que atenda aos aspectos e anseios da sociedade, bem como um espaço em que as pessoas tenham as opiniões diferentes respeitadas. Além disso, a universidade exerce práticas sociais diferenciadas que reconhecem o público, que atribui autonomia intelectual e colaboram para a construção de espaço de democratização social.

Entendemos que a Universidade Pública é um direito de todos e que o Estado é responsável por oferecer recursos para haja ensino seja de qualidade, com foco para a formação humana. A principal fonte desse ensino é a criticidade, de modo que possa formar sujeitos capazes de pensar e de analisar os fatos e acontecimentos para transformar.

A comunidade acadêmica, junto com a comunidade-sociedade, pode fazer um bom trabalho se unidas, com o desenvolvimento de projetos que diminuam os conflitos sociais. Compreendemos que o conhecimento é fundamental para a existência humana e o que diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade-sociedade faz com que se ampliem as visões e opiniões com relações aos fatores sociais.

A esse respeito, Luís Fernando Lazzarin (2016) esclarece que a ciência justifica os fatos por meio da razão, fazendo com que o homem se emancipe e seja capaz de pensar e criar a seu próprio destino. O conhecimento científico surgiu para explicar e fazer o homem conhecer a vida, a natureza e as suas relações sociais. Nesse ínterim, é preciso fazer com que o homem desconfie das informações divulgadas pelos veículos de comunicação, que são empresas com interesses particulares, do que é ausente e do que é presente, assim como fazer com ele busque a verdade, as causas e as consequências dos fatos. É necessário sempre questionar o porquê a sociedade se movimento de um modo e não de outro, como os sistemas de poder se mantêm e como organizam nossos pensamentos, nossas ações, nossa trabalho, enfim, nossa vida.

É por isso que se deve lutar pela preservação de uma instituição social que seja palco de conhecimento, de acesso e permanência na educação e de liberdade de pensamento, no qual estudantes e professores dialogam, refletem e constroem conhecimento. Havendo a socialização desse conhecimento, teremos, por força, pessoas mais justas e que tenham compromisso social.

Sobre o tripé que dá base para a Universidade Pública, qual seja, ensino, pesquisa e extensão, segundo Freire (1983), a extensão é algo que se faz na prática e que tende a alcançar grupo ou grupos, por meio de conhecimentos e habilidades, para que possamos transformar o mundo, enfrentando os desafios por meio da ciência e das ações políticas.

Valêncio (1999) afirma que, para atuar como docente na Universidade Pública, é preciso ter consciência de que os conhecimentos recebidos na sua formação fizeram sentido. Caso contrário, corre-se o risco de ficar na reprodução de um ciclo vicioso, formando-se pessoas desprovidas de sentido. Nesse âmbito está o trabalho do extensionista, que se baseia em retribuir à sociedade aquilo que lhe falta, e o qual reflete sobre a formação de estudantes da educação superior, já que a mesma só faz sentido quando os estudantes são capacitados a agir, a colocar em prática o que aprenderam, a ouvir e a ajudar os outros a superarem as mazelas a que estão submetidos.

Para Valadão (2018), a nossa sociedade mascarou, por muito tempo, a violência, que é fruto das injustiças estruturantes e legitimada pela moral dominante. A classe dominante esconde os fatos reais históricos que ocorreram e ocorrem no Brasil. Todavia, com o enfraquecimento dos padrões morais, fruto da sociedade contemporânea, os mecanismos que mascaravam a violência começaram a ruir e a violência e as desigualdades estão sendo expostas, cobrando as suas contas. Nesse ínterim, é preciso considerar que a Universidade não funciona sem a presença da sociedade, já que as duas juntas é que produzem o conhecimento. Por isso, Ribeiro (2012) pontua que a universidade brasileira que pensa na formação de sujeitos cientistas, com capacidade de pesquisar, questionar, criar e produzir precisaria conceber outras formas de Educação Superior atentas à valorização da cultura popular e aos desafios modernos. Para Ribeiro (1978), é necessário ter a atuação de bons profissionais e pensadores para gerar mentes libertas das amarras sociais, inclusive, da violência.

Em termos específicos, de acordo com o art. 7º da meta 12.7 do Plano Nacional da Educação (PNE) para o período 2014-2024, são consideradas atividades de extensão, os projetos e as ações inclusivas para com as comunidades externas, cujo trabalho permite contribuir com a formação dos estudantes e intervir nos assuntos/problemas sociais da comunidade.

Nesse sentido, é preciso que as universidades públicas brasileiras estejam atentas ao prazo de efetivação da extensão em todos os currículos, pois, segundo o art. 19 da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, “As instituições de ensino superior terão o prazo de até 3



(três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes” (BRASIL, 2018, art. 19). Isso implica dizer que, para além de sua necessidade a extensão é imperativa para as instituições que se queiram de excelência.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa precisa ser um elemento de análise profunda dos problemas da sociedade. Carlos Rodrigues Brandão (1990) afirma que a pesquisa serve não somente para conhecer a realidade, mas para revelar os problemas sociais existentes, sua origem e configurações, e serve também para intervir, pensar, agir e transformar a realidade. Ainda segundo Brandão (1990), muitos trabalhos científicos vão para outro caminho, sendo que a maioria deles não cumpre a sua função social, acabando por servir, apenas, de protocolo para a obtenção do diploma. Assim, muitas vezes, alimentam a dinâmica interna das instituições e servem ao público interno como subsídios para novas pesquisas que tomarão o mesmo destino. Por isso, os estudantes e professores precisam realizar pesquisas mais robustas, além de produzir e divulgar os trabalhos científicos.

Para a realização deste estudo, os dados foram levantados com fundamentos teóricos baseados em livros, artigos, uma breve pesquisa sobre a região e do histórico de onde a Universidade Federal do Tocantins do *Campus* de Arraias se localiza.

Deste modo, o presente estudo procurou fazer um mapeamento dos Projetos de Extensão da Universidade Federal do Tocantins em 2020 e analisar, por meio das entrevistas com professores e comunidade, as suas visões em relação ao *Campus* Universitário Sérgio Jacintho Leonor, localizado na cidade Arraias.

Os sujeitos participantes foram a comunidade interna da UFT, sendo três docentes, um técnico administrativo e cinco cidadãos da comunidade de Arraias. Foram utilizadas nesta pesquisa, também, entrevistas e questionários *online*, com questões abertas e fechadas. Desse modo, o estudo trata-se de uma pesquisa com caráter qualitativo, pois, segundo Goldenberg (2004), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

Dessa forma, a pesquisa foi participativa, pois o encontro do conhecimento teórico com o conhecimento do cotidiano constitui a base para a produção do conhecimento científico (BRANDÃO, 1990). Outrossim, é exploratória, pois, de acordo com a perspectiva de Gil

(2002), este tipo de estudo tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. De acordo com Fonseca (2010), podemos perceber que a pesquisa bibliográfica é aquela em que investigamos alguns documentos que abordam acerca do tema do interesse, na qual encontramos informações em livros, artigos publicados e documentos digitais ou *sites* que oferecem subsídios para o problema da pesquisa.

Esta pesquisa tem, também, características de pesquisa de campo, o que, conforme Fonseca (2010), possibilita uma aproximação e um melhor entendimento da realidade a ser investigada, como um processo permanentemente inacabado. Ela efetua-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, oferecendo contribuições para uma intervenção do real.

Assim, conforme as palavras do autor supracitado, a pesquisa procura informações no local/espço a ser pesquisado e questionado, no qual foi necessário conhecer o contexto/realidade da região do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano por meio de entrevistas e questionamentos *online* com os participantes e colaboradores da pesquisa.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Foi realizada uma análise dos dados coletados nesta pesquisa. Inicialmente foi focado o papel social da Universidade Pública para a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, durante o ano de 2020, através dos projetos de extensão desenvolvidos na Universidade Federal do Tocantins do *Campus* de Arraias. Assim, foram observadas as perspectivas da Universidade em relação à comunidade e as Perspectivas da comunidade em relação à Universidade.

Também foram aplicadas entrevistas e direcionados questionários a um grupo de participantes que englobou professores, funcionários e cidadãos da comunidade do entorno da UFT. Os resultados se deram a partir da aplicação de um questionário *online* com os docentes e técnicos, com 14 perguntas, e uma entrevista com cidadãos da comunidade de Arraias, com 11 perguntas.

## Os Projetos de Extensão da UFT do *Campus* Arraias para a comunidade

Foi feita uma análise de alguns projetos de extensão cadastrados no SIGProj e de projetos não cadastrados nos últimos cinco anos para a análise. O SIGProj é uma plataforma que tem o objetivo de auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicação de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras. Nesse âmbito, o SIGProj está sendo desenvolvido por pesquisadores e estudantes de várias universidades brasileiras (formando uma comunidade SIGProj), sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).

Conforme pesquisa realizada no SIGProj, foi possível encontrar 197 projetos de extensão cadastrados na UFT, *Campus* de Arraias, desenvolvidos nos últimos 5 anos, sendo que esses estão divididos da seguinte maneira, como mostra o Gráfico 1:

**Gráfico 1** – Projetos de extensão desenvolvidos nos últimos 5 anos pela UFT, *Campus* de Arraias, divididos por cursos



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

É possível verificar, ao analisarmos o Gráfico 1, que a maior parte dos projetos de extensão desenvolvidos na UFT do *Campus* de Arraias é de cursos de Licenciatura em Pedagogia (31%), seguida de Turismo Patrimonial e Socioambiental (31%) e da Licenciatura em Educação do Campo (21%). Frente a esse cenário, indagamos: por que os demais cursos não desenvolvem um projeto de extensão? Será por falta de recursos, de demanda de estudantes, ou de interesse? Como fica o papel social da universidade pública perante os projetos de extensão?

A partir dos dados encontrados e também dos não encontrados, pensamos que a ausência dos projetos de extensão seja devido à falta de tempo dos docentes e técnicos administrativos, bem como da falta de recursos financeiros, visto que frequentemente requerem um valor financeiro maior para os materiais e subsídios, para as bolsas remuneradas para os discentes, dentre outros.

É complexo dimensionar todos os meandros levantados pela análise dos projetos encontrados e pelos questionários, demandando, assim, um estudo mais aprofundado do tema, o qual não cabe neste artigo. Por ora, contentamo-nos em apontar peculiaridades que possam colaborar para nossos objetivos neste estudo. Uma delas, por exemplo, é o fato de o Projeto Educação Popular, coordenado pelo Professor Erasmo Baltazar Valadão, não estar cadastrado no SIGProj, embora tenha sido citado nos resultados do questionário *online* aplicado para docentes e técnicos administrativo, o qual tem mostrado mudanças significativas para a educação da comunidade.

Observando os projetos de extensão da UFT, são poucos os que de fato trabalham com a comunidade externa da Universidade. Considerando o art. 7º da meta 12.7 do PNE 2014-2024, são consideradas atividades de extensão “as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.” (BRASIL, 2014). Em face disto, poucos projetos atendem aos anseios da comunidade arraiana, uma vez que, apesar de serem registrados como de extensão, não envolvem a comunidade externa à universidade, o que conseqüentemente gera pouco impacto da Universidade sobre a comunidade.

Para ser considerada atividade de extensão, tem que haver a participação da comunidade externa; se houver apenas o público interno como estudantes, docentes e/ou técnicos administrativos da Universidade não se pode, efetivamente, ser considerado como tal. A atividade de extensão pode até acontecer dentro do espaço da Universidade, mas precisa necessariamente da participação do público externo.

O Plano Nacional de Educação da Lei nº 13.005/2014 estipula, na meta 12.7, com relação à extensão universitária, que deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Assim, essa normativa enfatiza a importância da Universidade desenvolver a extensão com no mínimo 10% de todo o curso de graduação, e sempre com o olhar mais atento na área que a comunidade mais necessita. Por isso, é de grande relevância que a Universidade Pública fortaleça a oferta sistemática e empenhada da extensão e que todos os estudantes participem das suas atividades, valorizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### **Perspectivas da universidade em relação à comunidade**

Para entender a perspectiva da Universidade com relação à comunidade, diante dos projetos de extensão desenvolvidos pela UFT, *Campus* de Arraias, foi aplicado um questionário *online*, no mês de maio de 2020, com três docentes e um técnico administrativo pertencentes à instituição.

Com base nas respostas dos colaboradores desta pesquisa foi possível perceber que a UFT do *Campus* de Arraias ainda precisa desenvolver mais projetos de extensão voltados para a comunidade externa da universidade e pensar na grande demanda da sociedade, sendo essas iniciativas voltadas para os conflitos que a sociedade enfrenta hoje.

Os projetos de extensão ativos no *Campus* precisam estimular a participação dos estudantes, visto que poucos têm o interesse. Além disso, é necessária a intervenção dos docentes e técnicos administrativos para orientar e avaliar o desenvolvimento dos estudantes e sua atuação na comunidade, de modo que todos percebam que os Projetos de Extensão da UFT têm contribuição social, melhora da qualidade de vida da comunidade, professores, técnicos e estudantes.

Conforme a percepção dos colaboradores, o sistema do SIGProj deve ser revisado, visto que os docentes e técnicos estão tendo dificuldades em cadastrar os seus projetos e de emitir certificados. Por fim, ao serem os participantes estimulados a indicarem propostas que a UFT poderia desenvolver com a comunidade, foram elencados temas como: educação popular; discutir os direitos humanos e trabalhistas; discutir o território; educação emancipatória, com metodologias ativas para a educação básica, leitura, atividade de integração e lazer; valorização da música, da arte, e do patrimônio cultural.

Outras temáticas também foram citadas como propostas interessantes e que giram em torno dos potenciais de Arraias, como: educação patrimonial; educação financeira; prostituição; trabalho infantil; higiene pessoal; afirmação da cultura e da identidade; trazer os mestres de saberes para a universidade; construções alternativas; gastronomia; serviços de recepção,

garçom e hospedagens alternativas; cooperativismo e associativismo; metodologias participativas; tecnologias sociais, inovação e empreendedorismo social, participação e representação da mulher; e leitura literária nas escolas.

### **Perspectivas da comunidade em relação à Universidade**

Para compreender a perspectiva da comunidade em relação à universidade por meio dos projetos de extensão desenvolvidos pela UFT do *Campus* de Arraias foi realizada uma entrevista com cinco cidadãos que residem na comunidade de Arraias e região no mês de outubro de 2020, tomando-se todas as medidas preventivas para não contaminação da Covid-19. A entrevista teve como objetivo compreender os anseios, as sugestões e as perspectivas da comunidade com relação ao trabalho realizado pela UFT.

O perfil dos entrevistados se constitui da seguinte maneira: duas pessoas não fazem parte da comunidade acadêmica, uma delas já estudou na UFT, e as outras duas fazem parte, de algum modo da instituição. Entre esses cinco participantes, um deles afirmou que, durante o decorrer do curso, não participou de nenhum projeto de extensão. Dois disseram que participaram do Projeto de Extensão “Educação Popular”, e os outros dois participaram do Programa de Extensão Residência Pedagógica; Letramento e Alfabetização da Aprendizagem para Jovens e Adultos e Laboratório Dialógico de Letramento e Alfabetização (CALENU).

Diante da pergunta que investiga a compreensão que os mesmos têm dos Projetos de Extensão oferecidos pela universidade e suas qualidades, quatro dos participantes argumentaram que são ótimos para a comunidade de Arraias e região. Um, porém, declarou que o projeto de extensão “Educação Popular” foi bom, mas não teve continuação por causa da pandemia, gerando uma quebra de expectativa. Afirmou, ainda, que se caso o projeto voltasse acontecer, não está disposto a continuar.

O projeto Educação Popular foi um dos mais comentados durante a entrevista. Ele tem o objetivo de amenizar a situação de analfabetismo no município, mas, em face da pandemia da Covid-19, teve que ser interrompido. Nesse âmbito, cumpre ressaltar que a maioria dos projetos carece, para a sua concretização, de recursos humanos indispensáveis, além de outros tipos, como o econômico e os tecnológicos. Com a Necessidade de isolamento devido à Pandemia e a cessão/corte de recursos econômicos destinados às Universidades brasileiras, muitos trabalhos importantes tiveram de parar.

Todavia, projetos que trabalham com a Educação Popular precisam ter seguimento, pois um projeto de dois anos de duração não consegue atender toda a demanda da comunidade e da região. É preciso retomar essas iniciativas, que são de extrema importância para a comunidade. Nesse sentido, um dos participantes da pesquisa destacou que o projeto da Educação Popular deu progresso para sua vida, facilitando no seu dia a dia, pois hoje consegue ler as caixas de remédios, entrar no supermercado e poder ler as embalagens dos produtos, entre outras coisas. Ele destacou que, analfabeto até os 45 anos de idade, depois do curso desenvolveu significativas habilidades e que até pensava em tirar a habilitação de motorista.

Os outros três participantes reconheceram que o principal benefício do projeto de extensão foi a aquisição de conhecimento pessoal e de entender a realidade local. Por sua vez, um dos entrevistados que não participou de nenhum projeto da UFT declarou que os projetos ajudam a ampliar os conhecimentos locais e regionais. Essa postura é corroborada por Paulo Freire (1983), para quem o conhecimento provoca no indivíduo o questionamento e a busca. Estes fazem com que o sujeito transforme a realidade, tornando-se um sujeito ativo, que constrói e reconstrói o conhecimento.

Conforme a concepção da comunidade, evidenciada pelos entrevistados, o papel da universidade é de dar o retorno a todos da sociedade, dar o conhecimento para as pessoas, pois se a universidade é realmente pública, precisa ser acessível a todos, isto é, precisa dar contribuições tanto à comunidade quanto à sociedade acadêmica. Os colaboradores ainda acrescentam que adentrar a Universidade não deve passar pelo medo de apropriar-se do que é seu por direito, pois a Universidade Federal Pública deve ser constituída para o público, a partir do público e com o público. Seu ensino não deve ser solto ou dissociável a realidade social, cultural dos sujeitos.

Quando indagados por sugestões de projetos de extensão que a UFT de Arraias poderia desenvolver, foram mencionados: melhorar a situação do nosso rio, projetos de música, dança, cursos profissionalizantes como de pedreiro, encanador, manusear máquinas agrícolas, alfabetização, artesanato, além de projetos que trabalham a questão do suicídio, como “Projeto Amigo da Vida”. Foram mencionados projetos educativos construídos na creche e na universidade, assim como projetos que vinculem-se aos Poderes Públicos e outros.

Desse modo, percebe-se que a comunidade sugere projetos não tão diversos da comunidade interna da UFT, uma vez que a sociedade vivencia, a cada dia mais, conflitos

relacionados às desigualdades sociais. A Universidade Federal tem um bom potencial de modificar ou, ao menos, colaborar para modificar esta realidade.

O papel de toda universidade pública é desenvolver, junto à sociedade, o pensamento crítico emancipatório para que a classe mais empobrecida não caia nas armadilhas dos interesses da classe dominante, bem como para que não diminua a sua cultura. De forma semelhante, é preciso lutar para que a educação não se reduza apenas ao ambiente escolar formal e de forma autoritária, e para que se expanda em toda sociedade (SAVIANI, 2010, p.16)

O papel da universidade vai além da extensão, pois a extensão só acontece quando há a junção de ensino e pesquisa: nenhum destas três bases devem ser trabalhadas de forma separada, pois todas têm a sua função social.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Este trabalho teve como objetivo discutir a função social da Universidade Pública para a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano. Assim, analisamos as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão cadastrados e mencionados me entrevista.

Por meio desta pesquisa foi possível verificar que o papel da universidade pública é o de desenvolver as três bases do ensino superior, sendo estas a pesquisa, o ensino e a extensão, exercendo total autonomia, por meio da educação emancipatória, em que estudantes, docentes e técnicos possam, junto à comunidade, construir um conhecimento mútuo, capaz de libertar os pensamentos opressores da sociedade.

A Universidade Pública Federal precisa conhecer a realidade local onde está inserida, bem como entender os conflitos, as demandas e conquistas da população, acolher a comunidade, ouvir os seus anseios e tentar amenizar os conflitos sociais, principalmente aqueles que são fruto das desigualdades sociais. O objeto desta pesquisa foi a Universidade Federal do Tocantins, *Campus* Prof. Dr. Sergio Jacintho Leonor, do município de Arraias, por meio do qual se buscou entender o seu histórico, o porquê de sua criação e entender os seus objetivos, pois a universidade está situada numa região marcada por acontecimentos históricos passados, como o processo de escravização, deixando a marca da exclusão social, além dos processos de subjetivação a que esta população ainda vive.

A pesquisa revelou que ainda há pouca/inconsistente extensão voltada para as comunidades da região.



Com a pesquisa tornou-se possível perceber que os docentes, técnicos e comunidade sabem do papel social da Universidade e que compreendem que ela tem o papel de contribuir com a comunidade. Porém, ainda há poucos projetos de extensão desenvolvidos na comunidade, não obstante todos conseguirem apontar para as demandas da comunidade local. Assim, devemos questionar: Se o papel da universidade é atender as necessidades da comunidade, onde está a comunidade nos projetos de extensão? Por que há descontinuidades e inconsistências nas propostas existentes?

Acredita-se que os projetos de extensão não estão chegando à comunidade pois, devido à desarticulação deste trabalho, seja por estarem sendo confundidos com os projetos de pesquisa, seja pela pandemia, como é o caso do projeto Educação Popular, não engajam significativamente atores e mudanças. Nesse cenário é preciso avaliar, também, as limitações do prazo de realização para cada projeto, já que, para começar um novo projeto de extensão, é recomendado fazer um novo cadastro no SIGProj, o qual requer tempo para ser liberado. Por isso, muitos docentes acabam desistindo cadastrar os projetos de extensão. O que fica evidente, por fim, é que não há desinteresse da comunidade, uma vez que os projetos as beneficiam. Faltam-lhe, ainda, projetos de extensão robustos que atendam às suas reais necessidades.

Assim, por meio das leituras e coleta de dados com os docentes, técnicos administrativos e comunidade foi possível perceber, como proposto inicialmente, o feito e ainda o que há por fazer. Este trabalho sinaliza para a necessidade de investigação futura com outros estudos voltados aos projetos extensão desenvolvidos na comunidade. Sem extensão há o comprometimento na qualidade do ensino e da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19 out. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 2003.

CONEXÃO TOCANTINS. *No Tocantins 102 mil pessoas vivem abaixo da linha de extrema pobreza maior índice desde 2012*. 2019. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2019/11/07/no-tocantins-102-mil-pessoas-vivem-abaixo-da-linha-de-extrema-pobreza-maior-indice-desde-2012>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Magda Suely Pereira. Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FARIAS, Marizeth Ferreira. *Universidade Federal do Tocantins (Campus de Arraias): história, expansão e perspectivas atuais*. 2013. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1101>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza, CE: UEC, 2010. p. 10. Apostila.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 7 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arraias*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/arraias.html>. Acesso em: 04 mai. 2020.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arraias*. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/arraias.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

KANT, Immanuel. *Resposta à Questão: O que é Esclarecimento?*. 2012. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/viewFile/11661/8392>. Acesso em: 29 out. 2020.

LAZZARIN, Luís Fernando. *Introdução à escrita acadêmica*. 1 ed. Santa Maria: UFSM, 2016.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. *Instituições da Rede Federal*. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ANCIERE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília*. 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/54635762/Texto\\_6\\_RIBEIRO\\_Universidade\\_de\\_Brasilia.pdf](https://www.academia.edu/download/54635762/Texto_6_RIBEIRO_Universidade_de_Brasilia.pdf). Acesso em: dez. 2020

SAVIANI, Dermeval. *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article.view/14035>. Acesso em: 02 nov. 2020.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. *A indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa/Extensão: verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil*. 1999. Disponível em: Acesso em: 10 de novembro de 2019.

VALADÃO, Erasmu Baltazar. *A inserção da Universidade Federal do Tocantins no campus de Arraias: conhecimento, oportunidade e inclusão social*. 2018. 222 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

**Submetido em:** janeiro de 2022.

**Aprovado em:** maio de 2022.

**Publicado em:** junho de 2022.